

Reconfiguração do bloco no poder brasileiro e política externa: o que a burguesia interna quer de Lula?

Reconfiguration of the Brazilian power bloc and foreign policy: what does the internal bourgeoisie want from Lula?

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.131247>

Gustavo Rocha Botão
Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, Brasil
gustavo.botao@ufabc.edu.br  

Resumo

Este artigo pretende analisar as recentes movimentações e posicionamentos de entidades patronais da burguesia interna em relação à candidatura e ao apoio ao terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva no que tange à política externa, especialmente em relação à conclusão do Acordo Mercosul-União Europeia e à acessão do Brasil à OCDE. Utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin para analisar esses posicionamentos e o ferramental teórico fornecido pela obra de Poulantzas para interpretá-los. Apesar de divergências encontradas, grande parte da burguesia interna ainda defende a participação tanto no acordo quanto na organização. Entendemos que, apesar do apoio de importantes setores da burguesia interna à candidatura e ao governo Lula, seus objetivos impõem limites à constituição de uma frente política nos moldes da Frente Neodesenvolvimentistas, limitando, consequentemente, o aprofundamento de uma integração regional multidimensional.

Palavras-chave: Governo Lula; burguesia interna brasileira; política externa brasileira.

Abstract

This article intends to analyze the recent movements and positionings of the internal bourgeoisie concerning the candidacy and support of the third presidential term of Luiz Inácio Lula da Silva regarding foreign policy, especially in relation to the conclusion of the Mercosur-European Union Agreement and Brazil's accession to the OECD. In order to interpret these positionings, we use Bardin's content analysis technique and the theoretical tools provided by Nicos Poulantzas. Despite some differences, a large part of the internal bourgeoisie still defends participation in both the agreement and the organization. We understand that, despite the support of important sectors of the internal bourgeoisie for the candidacy and Lula's government, its aims impose limits on the constitution of a political front, as the Neo-developmental Front, consequently limiting the deepening of a multidimensional regional integration.

Keywords: Lula government; Brazilian internal bourgeoisie; Brazilian foreign policy.

Recebido: 29 Março 2023
Aceito: 16 Novembro 2023

O presente artigo é fruto da pesquisa desenvolvida pelo autor no curso de seu mestrado e se insere no escopo de investigação dos grupos de pesquisa Política Externa e Classes Sociais (UFABC) e Neoliberalismo e Relações de Classe no Brasil (UNICAMP). Agradeço aos comentários e às observações de Tatiana Berringer (UFABC).

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O presente artigo busca analisar as movimentações e posicionamentos de entidades patronais representantes de grande parte da burguesia interna brasileira em relação à candidatura e ao apoio ao terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2027) no âmbito da política externa e na inserção internacional do Estado brasileiro, com foco na conclusão do Acordo Mercosul-União Europeia, na acessão brasileira à OCDE, na política de integração regional latino-americana e na política de defesa do meio ambiente.

Nos perguntamos quais as condicionantes para os posicionamentos adotados pelas entidades analisadas em relação ao novo governo Lula e quais são suas demandas. Entendemos que os resultados apresentados governo Bolsonaro em temas de: i) política comercial e inserção internacional; ii) economia e reformas domésticas esperadas; iii) e credibilidade internacional do Brasil, especialmente em relação a políticas ambientais e relativas ao Estado Democrático de Direito, afastaram a chamada burguesia interna do campo político que havia dado sustentação aos governos Temer e Bolsonaro, dando margem para o apoio dessa fração burguesa a um terceiro mandato de Lula. Esse apoio, no entanto, difere daquele existente nos dois primeiros governos Lula, pois está condicionado à conclusão do Acordo Mercosul-UE e à acessão à OCDE, limitando, assim, as margens de manobra do mandatário, especialmente no que tange ao aprofundamento da integração regional nos âmbitos político e social.

Utilizamos o ferramental fornecido pela Teoria Marxista do Estado de Nicos Poulantzas (1976, 2019) e pela literatura poulantziana elaborada no Brasil. Dentre as chaves explicativas fornecidas por essa teoria estão os conceitos de bloco no poder, autonomia relativa do Estado e fracionamento de classes. Para analisar os posicionamentos selecionados utilizamos o método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), que permite extrair dados de caráter qualitativo dos documentos examinados, consistindo em i) pré-análise, na qual é realizada uma leitura flutuante visando identificar pontos relevantes nos documentos e elaborar hipóteses; ii) exploração do material, na qual é feita a codificação do material selecionado; e iii) o tratamento e interpretação dos dados obtidos. Essa metodologia tem sido aplicada em pesquisas relativas a Análise de Política Externa e apresentado bons resultados para o campo de estudos das Relações Internacionais (SILVA; HERNÁNDEZ, 2020).

Os documentos analisados englobam entidades patronais da indústria e do agronegócio, compreendendo setores de grande importância na economia brasileira. Do lado da indústria, examinamos documentos da CNI (Confederação Nacional da Indústria), da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos). Do lado do agronegócio, são examinadas a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária), a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) e a APROSOJA (Associação Brasileira dos Produtores de Soja).

Além da introdução e das conclusões, este artigo possui mais quatro seções. A primeira seção discute o aporte teórico utilizado neste artigo. Na segunda seção apresentamos os posicionamentos das entidades analisadas acerca da eleição e do apoio ao terceiro mandato de Lula. Na terceira seção é realizada a discussão acerca desses posicionamentos e as possíveis implicações para a política externa brasileira.

Aporte teórico

Para Poulantzas (2019, p. 244-245), o bloco no poder é “uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica”. Essa fração hegemônica do bloco no poder impõe seus interesses como o interesse geral do “povo-nação”. O Estado fornece a estrutura jurídico-política que visa a manutenção do Modo de Produção Capitalista, cabendo a ele gerir o chamado “equilíbrio instável de compromisso” entre as classes sociais e as frações de classe por meio de sua autonomia relativa. Nesse sentido, o Estado atua como o organizador dos interesses de classes e de frações de classe, podendo, na medida do possível, atendê-los ou não. A burguesia, segundo Poulantzas (1976,

2019), é categorizada de acordo com suas funções (industrial, agrária, comercial, bancária, etc), pela escala do capital empregado (grande, médio e pequeno) e pelas formas de inserção internacional, sendo elas: a i) nacional; a ii) compradora (também conhecida como associada, termo que usamos neste artigo); iii) e interna.

A burguesia nacional é aquela dotada de acumulação e capacidades produtivas próprias, não sendo dependente financeira e tecnologicamente do imperialismo. Essa fração é inexistente no Brasil e pode apresentar um comportamento anti-imperialista quando hegemoniza o bloco no poder (BERRINGER; FERREIRA, 2022). A burguesia associada é “intermediária dos interesses externos no espaço nacional” (FARIAS, 2009, p. 87) e compreende setores como o mercado financeiro, importadores e empresas estrangeiras. A aqui chamada de fração associada é composta pelas finanças e atividades voltadas para o comércio de importação e exportação, como alguns setores do agronegócio (BUGIATO, 2020), priorizando o regionalismo aberto¹ como modelo de inserção regional, subordinando-se passivamente aos interesses imperialistas (BERRINGER; FERREIRA, 2022) e sendo abertamente hostil à formação de coalizões e frentes políticas com o apoio das classes populares. A burguesia interna, objeto de análise neste artigo e composta, no caso brasileiro, pela indústria, parcelas do agronegócio (GRANATO *et al.*, 2021) e os bancos comerciais, também possui laços de dependência financeira e tecnológica em relação ao imperialismo, mas se comporta de forma ambígua perante o capital estrangeiro, levando-a adotar um comportamento pendular entre posturas liberalizantes e protecionistas em razão de sua fraqueza ideológica (MARTUSCELLI, 2018). Dado esse comportamento pendular, essa fração se subordina de forma conflitiva aos interesses imperialistas (BERRINGER; FERREIRA, 2022).

É com base nesse comportamento pendular da burguesia interna que entendemos que essa fração da burguesia brasileira se encontra em uma posição mais favorável à atuação política de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) do que nos últimos anos, apresentando, no entanto, limitações para a constituição de uma nova frente política composta por partes da burguesia interna e pelas classes populares nos moldes da chamada Frente Neodesenvolvimentista². Essas limitações se devem, principalmente, às resistências atuais da burguesia ao Partido dos Trabalhadores e a manutenção do interesse da maioria das entidades, vigente desde meados do primeiro governo Dilma (2011-2014) (BERRINGER, 2017; BASTOS, 2017; CARVALHO, 2018), em priorizar um modelo de inserção exportadora e de associação às cadeias de valor europeias em detrimento do fortalecimento do mercado interno brasileiro e do aprofundamento da integração regional latino-americana, constituindo-se em entraves para o restabelecimento de uma integração nos moldes multidimensionais³. O interesse das entidades analisadas em fortalecer o caráter exportador brasileiro e em participar dos mega-acordos⁴ comerciais da década de 2010 levou ao apoio dessa fração burguesa ao campo político neoliberal-ortodoxo⁵ que deu sustentação aos governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Entretanto, como veremos adiante, questões relativas à inserção internacional brasileira, especialmente atreladas à credibilidade internacional do país, assim como o interesse na maior participação do Estado na indução de processos econômicos, levaram a burguesia interna brasileira a apresentar discordâncias com o restante do Campo Neoliberal-Ortodoxo e a se afastar do governo Bolsonaro.

¹ O conceito de regionalismo aberto surgiu na esteira do neoliberalismo e da globalização vigentes nos anos 1990 e foi aplicado como uma estratégia de inserção internacional “para fora”, ou seja, voltada para exportações, dos países latino-americanos a partir da conclusão de acordos comerciais em contraposição ao desenvolvimento “para dentro” vigente até então no regionalismo latino-americano, focado no modelo de substituição de importações e na celebração de acordos entre os membros.

² Para Boito (2012), o neodesenvolvimentismo adotado nos governos petistas não foge da lógica do neoliberalismo e nem consegue reavivar o desenvolvimento vigente entre 1930 e 1989 no Brasil, mas visa assegurar ao Estado papel maior na gestão da economia nacional, sendo o “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico” (BOITO, 2012, p. 69).

³ A integração regional multidimensional consiste na inclusão de temas políticos e sociais no processo de integração, superando os aspectos meramente comerciais de blocos regionais.

⁴ Dentre os acordos comerciais discutidos no período estão aqueles formulados e patrocinados pelos Estados Unidos, como a Parceria Transpacífica (TPP, ou Trans-Pacific Partnership) e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, ou Transatlantic Trade and Investment Partnership); um acordo formulado pela China conhecido como Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP, ou Regional Comprehensive Economic Partnership), além do próprio Acordo Mercosul-UE, de iniciativa europeia, cujas negociações foram retomadas em meados da década de 2010.

⁵ De acordo com Boito (2016, 2021), o Campo Neoliberal-Ortodoxo é dirigido pelo capital financeiro internacional e pela burguesia associada brasileira. Ao juntar-se a esse campo político, a burguesia interna logrou demandas que dificilmente conseguiria em governos petistas, como as Reformas Trabalhista e da Previdência, assim como o Teto de Gastos. Embora tenha feito parte desse campo, a burguesia interna tinha um papel secundário, em que seus interesses não eram prioritariamente atendidos, como é o caso da reforma da Tarifa Externa Comum do Mercosul (BOTÃO, 2023).

Os posicionamentos da burguesia interna

Durante o pleito presidencial de 2022, a CNI não se manifestou a favor de nenhum dos dois candidatos, apesar de empresários e associações integrantes da entidade se mostrarem simpáticos a Bolsonaro (AMADO; BARRETTO, 2022). Com a eleição de Lula, a entidade propôs diálogo acerca da adoção de políticas de baixo carbono e da retomada de investimentos (RODRIGUES, 2022). Além disso, tem elogiado algumas das decisões do novo governo, como a recriação do Ministério da Indústria, Desenvolvimento, Comércio e Serviços (INFOMONEY, 2022). Concomitantemente a essas manifestações, a CNI lançou uma série de documentos intitulada “Expectativas da indústria para o governo Lula” (CNI, 2022b), na qual advoga por medidas como incentivo às exportações, facilitação do acesso ao crédito, adoção de políticas industriais e a “modernização” das relações trabalhistas. Em documento relativo à política industrial (CNI, 2022a), a entidade reafirma seu interesse em incrementar a competitividade e as exportações dos produtos industriais brasileiros, queixando-se da concorrência asiática e utilizando as políticas de reativação da economia da Coreia do Sul, dos Estados Unidos e da Europa como exemplos para o Brasil.

Essas medidas estão em consonância com a estratégia de inserção defendida pela entidade em outros documentos (CNI, 2021a; 2021c), focada na criação de uma relação especial assimétrica com a União Europeia por meio do Acordo Mercosul-UE (CNI, 2019) e pela utilização da acessão brasileira à OCDE para assegurar um “selo de qualidade” à indústria (CNI, 2017). Nesse sentido, a CNI visa participar das cadeias de valor europeias, garantindo o acesso de manufaturas brasileiras no Velho Continente, ao passo em que espera a atração de investimentos produtivos europeus para modernizar as plantas industriais brasileiras. Em razão disso, iniciativas de aprofundamento da integração regional política e social, assim como de alargamento do bloco, se mostram como prejudiciais por causarem “crises institucionais” (CNI, 2021b).

Já no governo Lula, a CNI entregou um documento intitulado “Plano de Retomada da Indústria: propostas prioritárias para os 100 primeiros dias de governo” (CNI, 2023) ao vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, em que as propostas defendidas pela agremiação não sofrem grandes alterações, com a defesa da acessão à OCDE e a conclusão do Acordo Mercosul-UE, “sem reabertura de negociações” (CNI, 2023, p. 10). É importante ressaltar que o tópico em favor da conclusão do acordo com os europeus é intitulado “Acelerar a Integração Internacional do Brasil”, sugerindo a Europa, não a América Latina, como prioridade na integração.

Antes das eleições, ainda em agosto, a FIESP, já sob a presidência de Josué Gomes, lança uma carta em defesa da democracia (CARTA CAPITAL, 2022a), indicando seu desinteresse em aventuras golpistas que pudessem isolar o Brasil internacionalmente. Apesar disso, o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), entidade vinculada à FIESP e composta majoritariamente por empresas de pequeno e médio capital, decidiu não assinar esse documento (CUNHA, 2022), indicando uma cisão no seio da indústria paulista. Essas empresas de menor capital apoiaram, uma semana após a intentona golpista de 8 de janeiro de 2023, uma tentativa de deposição de Josué Gomes da presidência da FIESP visando a reinstalação de Paulo Skaf no comando da agremiação. O principal motivo para a sublevação da facção de Skaf residiu na resistência à defesa da democracia feita por Josué.

No que diz respeito aos interesses materiais da burguesia representada pela FIESP, em documento direcionado aos candidatos presidenciais na eleição de 2022 intitulado “Diretrizes Prioritárias: Governo Federal 2023-2026” (FIESP, 2022), a entidade elencou os motivos que levaram à perda de competitividade das exportações brasileiras. Estão entre eles a taxa de câmbio volátil, juros altos e sistema tributário complexo. Para a FIESP, o resultado desse “processo foi a perda de competitividade das exportações brasileiras de manufaturados, sobretudo em setores de maior intensidade tecnológica, o que agrava a inserção em cadeias globais de maior valor agregado” (FIESP, 2022, p. 5).

Mais adiante, critica a falta de investimentos públicos e advoga por políticas industriais, mencionando Estados Unidos e China como exemplos. Para a agremiação, é necessário aumentar a resistência da indústria brasileira a choques externos como aqueles causados pela pandemia de coronavírus e pela guerra na Ucrânia. Essas mudanças estruturais serão

alcançadas, para a entidade, por meio da maior participação do Estado como indutor do processo econômico. Desse modo, a entidade cobra pela adoção de medidas que garantam a recuperação da capacidade de planejamento do Estado e a aplicação de “políticas públicas, capazes de alavancar a produtividade e recuperar sua qualidade como motor do crescimento econômico”, que promova “uma economia mais resiliente, menos intensiva em carbono e socialmente mais inclusiva” (FIESP, 2022, p. 6).

Entre essas medidas há também a defesa da maior atuação do BNDES na indução da economia, fornecendo “taxas de juros menos voláteis e compatíveis com o investimento produtivo”. Ainda de acordo com o documento, a FIESP mantém como horizonte a industrialização “para fora”, defendendo estímulos às exportações e a participação nas cadeias de valor. Nesse sentido, a entidade ainda advoga pela participação ativa do Brasil nos debates acerca de clima e comércio, referindo-se à acessão do Brasil à OCDE, organização vista pela FIESP como a grande criadora de padrões internacionais (*benchmarks*), da qual o Brasil deve fazer parte para participar da elaboração de novas regras. Esse posicionamento também pode ser encontrado em documento da FIESP intitulado “Análise da acessão do Brasil à OCDE” (FIESP, 2019a). No documento de 2022 ainda há, assim como é encontrado em publicação da CNI, a defesa da “modernização trabalhista”, de modo a flexibilizar a legislação da área. Por fim, há a menção à defesa do Estado Democrático de Direito, em reação às ameaças de Jair Bolsonaro em não respeitar o resultado eleitoral.

A ABIMAQ, por seu turno, não se manifestou em favor de nenhum candidato durante o pleito eleitoral. Seus posicionamentos ao longo dos anos, entretanto, indicam que o candidato petista é aquele cujas políticas mais se aproximam daquelas defendidas pela associação. Dentre as agremiações da indústria analisadas, a ABIMAQ é a que apresenta as maiores resistências às políticas de cunho neoliberal, criticando medidas de abertura comercial e a ausência da “mão visível do Estado” (ABIMAQ, 2022a), defendendo a adoção de políticas anticíclicas visando o fortalecimento do mercado interno. Esse posicionamento corrobora com a já demonstrada desconfiança da associação com os efeitos do Acordo Mercosul-UE (BERRINGER; FORLINI, 2018). A ABIMAQ se comporta dessa maneira em razão da grande dependência do setor de máquinas e equipamentos do mercado interno e de compras governamentais, fatores que são afetados negativamente com a política de austeridade neoliberal e seriam ameaçados com a conclusão do Acordo Mercosul-UE nos moldes atuais⁶. Embora não defenda a acessão brasileira à OCDE, a ABIMAQ é elogiosa em relação às práticas e aos padrões da organização, especialmente no quesito tributação (ABIMAQ, 2021b).

No que tange ao agronegócio, encontramos uma cisão entre os setores agroindustrial e o produtor, com o primeiro sendo mais internacionalizado e liberal que o segundo, mais protecionista. O setor agroindustrial pode ser encontrado tanto na CNA quanto na ABAG, com prevalência nessa última, e tem como prioridade o acesso ao mercado europeu. Por outro lado, a APROSOJA congrega os produtores de soja e que tem na China seu principal comprador (FORLINI, 2020).

Embora a CNA e a ABAG não tenham apresentado manifestações diretas de apoio à candidatura de Lula, seus ex-presidentes, Kátia Abreu e Marcello Brito, gravaram vídeos pedindo votos ao candidato petista (UOL, 2022b; CARTA CAPITAL, 2022b). O principal argumento em defesa de Lula, encontrado em ambos os vídeos, é relacionado ao retorno da credibilidade internacional que o Brasil tinha antes de Bolsonaro e de sua política de desmonte ambiental. Essa credibilidade é necessária para evitar que medidas como a aprovação da nova legislação ambiental europeia ajam como sanções às exportações de produtos agropecuários brasileiros.

Essa preocupação está expressa em documento direcionado aos candidatos presidenciais do pleito de 2022 da CNA, no qual critica o aumento do protecionismo em âmbito mundial e advoga pela maior participação do governo brasileiro “para a abertura de novos mercados e melhores condições de acesso para os produtos agrícolas brasileiros” (CNA, 2022, p. 26). Essa defesa da imagem do agronegócio se deu em meio às “fortes críticas no cenário internacional” (CNA,

⁶ O Acordo, nos moldes em que foi negociado em 2019, se mostra desfavorável à indústria brasileira ao facilitar a entrada de produtos manufaturados europeus em troca de pouco incremento nas exportações de manufaturados brasileiros para o bloco europeu. Também prevê uma entrada limitada de produtos do agronegócio brasileiro no mercado do bloco. Além disso, o Acordo prevê a abertura do mercado de compras governamentais aos europeus, afetando, especialmente, setores dependentes da demanda do Estado, como petroquímico, naval, aeronáutico e de construção pesada.

2022, p. 28) que o setor vem sofrendo. É nesse sentido, que a CNA defende a acessão do Brasil à OCDE como um meio de aumentar a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros ao adequá-los aos padrões exigidos pela organização.

A ABAG também manifestou suas preocupações acerca dos efeitos do desmonte ambiental de Bolsonaro sobre as exportações de seus produtos e a abertura de novos mercados, tendo em seu Congresso de 2020 o mesmo Marcello Brito mencionado acima afirmado que (ABAG, 2020a, p. 5) “o mundo está cheio de dúvidas, e os holofotes das críticas voltam-se para nós, enquanto detentores da mais importante floresta tropical do mundo”. Em seguida, completa com uma defesa da conclusão do Acordo Mercosul-UE e da acessão do Brasil à OCDE para participar de “grandes condomínios de nações desenvolvidas” (ABAG, 2020, p. 9).

Para que esses objetivos sejam atingidos e para evitar o “precaucionismo” (ABAG, 2020) vigente no comércio mundial, a entidade advoga pela adoção de políticas ESG⁷ (Governança Ambiental e Social) e de conservacionismo ambiental. Vale ressaltar que a ABAG faz parte da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, agremiação voltada para a defesa de uma economia de baixo carbono e do conservacionismo ambiental visando o incremento das exportações brasileiras. Em agosto de 2022, a Coalizão publicou nota em defesa da democracia e do processo eleitoral (COALIZÃO, 2022). Em 9 de janeiro de 2023, no dia seguinte à intentona bolsonarista na Praça dos Três Poderes, a Coalizão publica nota de repúdio à tentativa de golpe de Estado (COALIZÃO, 2023).

Contrastando com essas duas entidades, a APROSOJA apoiou abertamente tanto o governo Bolsonaro quanto sua candidatura, referindo-se a Lula como “um candidato com propostas socializantes e paternalistas” (APROSOJA, 2022). O apoio a um candidato que aplica políticas de desmonte ambiental indica que os produtores de soja se beneficiam de sua política em razão do aumento das áreas agricultáveis, compensando eventuais perdas de competitividade frente a outros Estados exportadores deste produto.

Apesar dessa postura contrária às políticas de proteção ambiental, a entidade também advoga pela conclusão do Acordo Mercosul-UE. Em relação à OCDE, não foi encontrada menção. No que tange à aprovação da nova legislação ambiental europeia, Antônio Galvan, presidente da agremiação dos sojicultores, acusa os europeus de protecionismo e que o que os preocupa é o tamanho de “nosso território” (REVISTA OESTE, 2021).

Com a eleição de Lula, um dos representantes da APROSOJA, Carlos Fávaro, ex-presidente da APROSOJA de Mato Grosso, é indicado para o comando do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com o intuito de restabelecer o diálogo com setores do agronegócio. Essa indicação, entretanto, não agradou os produtores de soja, que veem Fávaro mais próximo do “negócio” do que do “agro”, ou seja, mais próximo da agroindústria exportadora do que dos produtores (REVISTA OESTE, 2023).

Os posicionamentos das entidades analisadas foram reunidos na tabela abaixo:

⁷ As políticas ESG são práticas adotadas por empresas voltadas para a promoção da sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança corporativa. A adoção de políticas ESG é utilizada como critério de avaliação de empresas no que tange a atração de investimentos, fusões e aquisições e, no caso do agronegócio brasileiro, inserir seus produtos em mercados.

Tabela 1 – Posicionamentos das entidades da burguesia interna brasileira em relação ao terceiro mandato de Lula

Entidades	Posicionamentos em relação ao governo Lula
CNI	Características: Confederação de entidades. Congrega todos os tipos de capitais e de intensidade tecnológica. Eleição: Neutra nas eleições. Acordo Mercosul-UE: Defende a conclusão do Acordo Mercosul-UE e da OCDE: Defende a acessão do Brasil à OCDE. Outras posições: Advoga por medidas como incentivo às exportações, facilitação do acesso ao crédito, adoção de políticas industriais e a “modernização” das relações trabalhistas. Defende a adoção de políticas de baixo carbono.
FIESP	Características: Federação de entidades. Congrega todos os tipos de capitais e de intensidade tecnológica. Eleição: Neutra nas eleições. Assinou a Carta pela Defesa da Democracia de agosto de 2022. Acordo Mercosul-UE: Defende a conclusão do Acordo Mercosul-UE OCDE: Defende a acessão do Brasil à OCDE. Outras posições: Advoga por políticas industriais, pela redução da taxa de juros e pelo retorno de investimentos. Também defende uma economia menos intensiva em carbono e mais inclusiva, em consonância com práticas ESG
ABIMAQ	Características: Congrega o setor de máquinas e equipamentos. Eleição: Neutra nas eleições. Acordo Mercosul-UE: Tem desconfianças em relação ao Acordo Mercosul-UE. OCDE: Tem nos padrões e práticas da OCDE um modelo, embora não advogue pela acessão à organização. Outras posições: Apresenta as maiores resistências às políticas de cunho neoliberal, criticando medidas de abertura comercial e a ausência da “mão visível do Estado”.
CNA	Características: Confederação de entidades. Congrega produtores e agroindústria. Eleição: Apoio de sua ex-presidente, Kátia Abreu, à candidatura de Lula. Acordo Mercosul-UE: Defende a conclusão do Acordo Mercosul-UE OCDE: Defende a acessão do Brasil à OCDE como um meio de aumentar a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros ao adequá-los aos padrões exigidos pela organização. Outras posições: Busca o retorno da credibilidade internacional que o Brasil tinha antes de Bolsonaro e de sua política de desmonte ambiental. Defende a proteção ambiental para evitar o protecionismo europeu.
ABAG	Características: Congrega agroindústria e tradings. Eleição: Apoio de seu ex-presidente, Marcello Brito, à candidatura de Lula. Acordo Mercosul-UE: Defende a conclusão do Acordo Mercosul-UE OCDE: Defende a acessão do Brasil à OCDE para participar de “grandes condomínios de nações desenvolvidas”. Outras posições: Busca o retorno da credibilidade internacional que o Brasil tinha antes de Bolsonaro e de sua política de desmonte ambiental. Defende também a adoção de políticas ESG como critério de qualidade visando ampliar seus mercados e evitar represálias sobre as exportações de produtos agrícolas brasileiros
APROSOJA	Características: Congrega produtores de soja. Eleição: Apoiou Bolsonaro e apresenta oposição ao novo governo Lula. Acordo Mercosul-UE: Também advoga pela conclusão do Acordo Mercosul-UE OCDE: Não foi encontrada defesa da acessão do Brasil à OCDE, Outras posições: Tem divergências com as outras entidades em relação à preservação ambiental e é crítica das imposições europeias relativas ao meio ambiente.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como esses posicionamentos afetam a política externa?

A partir dos posicionamentos elencados na seção anterior pudemos observar que grande parte da burguesia interna, em que pese um certo grau de heterogeneidade nas demandas encontradas nos posicionamentos analisados, apoia abertamente ou tacitamente o novo governo de Lula. Desse modo, podemos afirmar que a burguesia interna pode retornar à hegemonia do bloco no poder brasileiro.

Também pudemos observar que as manifestações das entidades hegemônicas da burguesia interna (CNI, FIESP, CNA, ABAG) encontram pontos de convergência em questões como a conclusão do Acordo Mercosul-UE, a acessão do Brasil à OCDE e adesão a pautas de defesa ambiental. Para a implementação dessas demandas, uma nova administração Lula

se apresenta como um meio de retomar a credibilidade brasileira no âmbito internacional e a maior efetividade da política externa brasileira, elementos faltantes no governo Bolsonaro.

Esses posicionamentos indicam, entretanto, que essas entidades não abandonaram o projeto de inserção internacional verificado desde a crise política do governo Dilma, especialmente em relação à indústria, mantendo simpatias pela industrialização orientada às exportações. Isso significa que, diferentemente das políticas voltadas para a maior integração econômica, política e social da América Latina implementadas durante o período de vigência da Frente Neodesenvolvimentista, a burguesia interna no terceiro mandato de Lula não tem a mesma disposição em endossar a integração política e social latino-americana, chegando a temê-la em certos pontos, como ocorre no caso da Venezuela (BERRINGER, 2017). Nesse sentido, iniciativas de aprofundamento de uma integração regional multidimensional nos âmbitos político e social podem encontrar entraves, com a burguesia interna brasileira se limitando a apoiar o fortalecimento dos aspectos comerciais do regionalismo latino-americano, especialmente no âmbito do Mercosul.

Desse modo, entendemos que, a despeito de possíveis efeitos negativos sobre a indústria e de uma entrada limitada do agronegócio brasileiro no mercado europeu, a defesa da maior parte das entidades analisadas da conclusão do Acordo faz com que o governo se movimente nesse sentido. Exemplo disso é a defesa, pelo governo, da conclusão do acordo com os europeus e da imagem do Brasil como um país comprometido com a proteção ambiental, buscando afastar possibilidades de sanções europeias sobre produtos brasileiros com base em preceitos ambientais em uma possível conclusão do Acordo Mercosul-UE (MOREIRA, 2023; G1, 2023). No que diz respeito à acessão brasileira à OCDE, temendo que uma possível derrota para o candidato petista poderia interromper o processo, o governo Bolsonaro acelerou a adesão a instrumentos da organização no último ano de seu mandato (MELLO *et al.*, 2023; RODRIGUES; BEHNKE, 2022).

De fato, não há o interesse do governo na entrada brasileira na organização, mas somente na adesão a instrumentos que são considerados de interesse do Estado (MORTARI, 2023), sendo esse um uso da autonomia relativa do Estado perante as classes sociais. Também há o interesse do governo em revisar certos pontos do acordo com os europeus, notadamente aquele relativo às compras governamentais (UOL, 2022a; AGÊNCIA BRASIL, 2023; MARTINS, 2023), algo que desagradou setores que defendem a conclusão do acordo nos termos negociados em 2019 (CNN, 2023a). Apesar dessa autonomia relativa, a reintegração da Venezuela ao Mercosul, embora seja interesse do governo, encontrou resistências que impediram medidas nesse sentido (MATOSO; BARRETO, 2023; RODRIGUES; ALVES, 2023).

Embora as entidades analisadas priorizem o acordo com os europeus, iniciativas econômicas de aprofundamento da integração regional, como a proposta de criação de um Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre Brasil e Argentina, também são interessantes à burguesia interna, especialmente à indústria, ao facilitar exportações de manufaturados brasileiros para a Argentina (PARAGUASSU, 2023). Essa medida pode auxiliar na proteção do mercado de manufaturados brasileiros para na região, que enfrenta a competição com a China, e agrada setores industriais, especialmente os setores automotivo e de bens de capital, que já se mostraram resistentes à abertura comercial do Mercosul e à entrada de produtos estrangeiros competitivos no bloco (REIS, 2019; ABIMAQ, 2022b).

Assim, entendemos que o terceiro governo Lula se limitou, até o momento, em avançar em pautas de maior teor econômico no que tange à agenda de inserção internacional. Essas medidas indicam a busca do governo Lula por apoio político a partir do atendimento de interesses da burguesia interna, agora a possível detentora da hegemonia do bloco no poder brasileiro, temerosa em relação ao aumento de importações chinesas na região e que se encontra em um novo contexto mundial, de crescimento do protecionismo e do retorno do Estado na indução dos processos econômicos (MARINGONI, 2022).

Considerações finais

Neste artigo discutimos as reconfigurações no bloco no poder brasileiro desde o início do primeiro governo Lula até o atual, apresentando as mudanças nos contextos doméstico e internacional que levaram às alterações no bloco. Em

seguida apresentamos e analisamos os posicionamentos das entidades selecionadas, focando nos períodos do pleito eleitoral de 2022 e dos cem primeiros dias do terceiro mandato de Lula.

Pudemos visualizar que, embora grande parte da burguesia interna brasileira ainda mantenha interesse na integração às cadeias de valor europeias por meio do Acordo Mercosul-UE e na acessão à OCDE, a falência do projeto neoliberal-ortodoxo aplicado no Brasil de 2016 a 2022 e o novo contexto internacional de retorno ao protecionismo levaram a parcelas dessa fração burguesa a apoiar o novo governo Lula visando: i) a conclusão do Acordo Mercosul-UE e a maior participação do Brasil na OCDE; ii) o fortalecimento de uma integração comercial no âmbito do Mercosul; iii) aplicação de políticas de cunho industrial e de defesa comercial; iv) credibilidade internacional, principalmente em relação ao meio ambiente, que permita acesso aos mercados europeus.

Esse apoio mais condicionado da burguesia interna ao novo governo, assim como a resistência encontrada em setores como o dos produtores de soja, pode dificultar a constituição de uma frente política nos moldes da Frente Neodesenvolvimentista e, conseqüentemente, limitar uma maior integração política e social no âmbito latino-americano. Outras pautas, no entanto, não devem encontrar tanta resistência por parte das entidades analisadas, como são os casos do estabelecimento de uma agenda de desenvolvimento sustentável e da criação de um Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre Brasil e Argentina.

Referências

- ABIMAQ. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. **A nova industrialização**. São Paulo: ABIMAQ, 2022a. Disponível em: <https://abimaq.org.br/blogmaq/911/a-nova-industrializacao>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- ABIMAQ. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. **Paz e segurança política**. É disso que o Brasil precisa. São Paulo: ABIMAQ, 2021b. Disponível em: <https://abimaq.org.br/blogmaq/618/paz-e-seguranca-politica-e-disso-que-o-brasil-precisa>. Acesso em: 25 set. 2023.
- ABIMAQ. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. **Reconstruindo a Indústria: uma proposta da indústria brasileira de máquinas e equipamentos**. São Paulo: ABIMAQ, 2022b. Disponível em: <https://abimaq.org.br/hub-de-servicos/16/categoria/33/subcategoria/75/brasil-analises-e-propostas#migalha>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- AMADO, G.; BARRETTO, E. Representantes da indústria questionaram eleição em Whatsapp da CNI. **METRÓPOLES**. Brasília, 3 nov. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/empresarios-questionam-vitoria-de-lula-em-grupo-de-whatsapp-da-cni>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- APROSOJA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA. **Carta Aberta APROSOJA MG**. Brasília: APROSOJA, 2022. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/noticias-mg/2022/10/11/carta-aberta-aprosoja-mg/>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1ª edição. São Paulo, Almedina. 2011.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. V. 21, n. 02, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272129>.
- BERRINGER, T. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). **Revista Oikos**. Rio de Janeiro. v. 16, n. 1. p 15-29. 2017. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/439/241>.
- BERRINGER, T.; FERREIRA, M. D. Classes Sociais, política externa e integração regional. In PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego (orgs). **Teoria das relações internacionais - contribuições marxistas**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2021.
- BERRINGER, T.; FORLINI, L. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. **Conjuntura Austral**. Porto Alegre. v. 9, n. 48. p 5-19. out./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.83713>.
- BOITO, A. “A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia”. **Crítica Marxista**. Campinas n. 42, p. 155-162, 2016. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_10_57_34.pdf
- BOITO, A. “As bases políticas do neodesenvolvimentismo”. **Fórum Econômico da FGV-SP**. São Paulo. 2012. Disponível em: <https://bi-bliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>.
- BOITO, A. “O caminho brasileiro para o fascismo”. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578>.

BOTÃO, G. **A burguesia interna brasileira e a reforma neoliberal-ortodoxa do Mercosul (2019-2022)**. São Bernardo do Campo, 2023. Dissertação (Mestrado). Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do ABC.

BRASIL. AGÊNCIA BRASIL. **Lula defende mudanças em acordo entre União Europeia e Mercosul**. Brasília: AGÊNCIA BRASIL, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/lula-defende-mudancas-em-acordo-entre-uniao-europeia-e-mercosul>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BUGIATO, C. Ensaio sobre a burguesia associada no Brasil. **Observatório do Estado Latino-Americano**, Porto Alegre. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/09/29/ensaio-sobre-a-burguesia-associada-no-brasil/>.

CARTA CAPITAL. Carta da FIESP em defesa da democracia é assinada por 8 entidades do agronegócio. **CARTA CAPITAL**. São Paulo, 5 ago. 2022a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/carta-da-fiesp-em-defesa-da-democracia-e-assinada-por-8-entidades-do-agronegocio/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CARTA CAPITAL. Ex-presidente da Associação Brasileira do Agronegócio declara apoio a Lula. **CARTA CAPITAL**. São Paulo, 19 out. 2022b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/ex-presidente-da-associacao-brasileira-do-agronegocio-declara-apoio-a-lula/>.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CNA. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **O que esperamos dos próximos governantes**. Brasília: CNA, 2022. Disponível em: https://cnabrazil.org.br/storage/arquivos/pdf/proximos_governantes_final.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Brasil deve aprimorar ações em prol de uma política industrial contemporânea**. Brasília: CNI, 2022a. Disponível em: <https://jornalismo.portaldaindustria.com.br/cni/desafio-brasil/13%2006%20-%20DDI%20Pol%C3%ADtica%20Industrial.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Brasil no novo modelo das cadeias globais de valor**. Brasília: CNI, 2021a. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/brasil-no-novo-modelo-das-cadeias-globais-de-valor/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Em favor da adesão do Brasil à OCDE**. Brasília: CNI, 2017. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/em-favor-da-adesao-do-brasil-a-ocde/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Expectativas da indústria para o governo Lula**. Brasília: CNI, 2022b. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/podcasts/54-expectativa-da-industria-para-o-governo-lula/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Indústria ganha com acordo comercial entre Mercosul e União Europeia**. Brasília: CNI, 2019. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/industria-ganha-com-acordo-comercial-entre-mercosul-e-uniao-europeia/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Mercosul: hora de aperfeiçoar**. Brasília: CNI, 2021b. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/mercosul-hora-de-aperfeiçoar/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Plano de retomada da indústria: propostas prioritárias para os 100 primeiros dias de governo**. Brasília: CNI, 2023. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/11/a5/11a580a0-12ac-4de2-ab07-b558262b3361/propostas_prioritarias_para_os_100_primeiros_dias_de_governo_destinadas_ao_mdic.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

CNI. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Propostas para a Retomada da Indústria e Geração de Empregos**. Brasília: CNI, 2021c. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/bolsonaro-recebe-propostas-da-cni-para-a-retomada-da-industria-e-do-emprego-em-2022/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CNN. Acordo entre Mercosul e UE beneficiaria 2,8 mil produtos brasileiros, diz CNI. **CNN**. São Paulo, 10 mai. 2023a. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/acordo-entre-mercosul-e-ue-beneficiaria-28-mil-produtos-brasileiros-diz-cni/>. Acesso em: 25 set. 2023.

COALIZÃO BRASIL, CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA. **Nota da Coalizão Brasil em defesa da democracia e do processo eleitoral**. São Paulo: COALIZÃO, 2022. Disponível em: <https://www.coalizaobr.com.br/home/index.php/o-que-propomos/posicionamentos-coalizacao/2488-nota-da-coalizacao-brasil-em-defesa-da-democracia-e-do-processo-eleitoral>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CUNHA, J. Ciesp não vai assinar carta pró-democracia da Fiesp. **FOLHA DE SÃO PAULO**. São Paulo, ago. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2022/08/ciesp-confirma-que-nao-vai-assinar-carta-pro-democracia-da-fiesp.shtml>.

FARIAS, F. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**. Campinas. n° 28. p. 81-98. 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo166artigo4.pdf.

FIESP. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Análise da acessão do Brasil à OCDE**. São Paulo: FIESP, 2019a. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/conheca-nosso-estudo-sobre-o-processo-de-entrada-do-brasil-na-ocde/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FIESP. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diretrizes Prioritárias: Governo Federal 2023-2026**. São Paulo: FIESP, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/fiesp-diretrizes-governo-2023-2026.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FORLINI, L. **O posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política no Brasil (2014-2019)**. Campinas, 2020. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas.

G1. Lula defende acordo do Mercosul com a União Europeia, mas diz que exigências adicionais são ‘inaceitáveis’. **G1**. 4 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/07/04/lula-defende-acordo-do-mercossul-com-a-uniao-europeia-mas-diz-que-exigencias-adicionais-sao-inaceitaveis.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

GRANATO, L.; UBERTI, G.; MENDER, K. O Mercosul e a burguesia agrária brasileira no período 2016-2020. **Revista Interação**, Santa Maria. [S. l.], v. 12, n. 1, p. 23-47, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2357797564066>.

INFOMONEY. Para CNI, recriação do MDIC é decisão ‘acertada’ do novo governo Lula. **INFOMONEY**. São Paulo, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/para-cni-recricao-do-mdic-e-decisao-acertada-do-novo-governo-lula/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MARINGONI, G. (org). **A volta do Estado planejador: neoliberalismo em cheque**. 1ª edição. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MARTINS, A. Lula diz que Europa tem que decidir se quer acordo com Mercosul: ‘sim ou não’. **CNN**. 11 set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-diz-que-europa-tem-que-decidir-se-quer-acordo-com-mercossul-ou-sim-ou-nao/>. Acesso em: 25 set. 2023.

MARTUSCELLI, D. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Crítica Marxista**, n. 47, pp 55-73, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37995207/Burguesia_interna_e_capitalismo_dependente_uma_reflex%C3%A3o_a_partir_dos_casos_argentino_e_brasileiro.

MATOSO, F.; BARRETO, K. Brasil quer reintegração da Venezuela ao Mercosul, mas não deve discutir assunto em cúpula, diz Itamaraty. **G1**. 29 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/29/brasil-quer-reintegracao-da-venezuela-ao-mercossul-mas-nao-deve-discutir-assunto-em-cupula-diz-itamaraty.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

MELLO, F.; FORTES, A.; MORAIS, G. O processo de acessão do Brasil à OCDE ao final do governo Bolsonaro. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 66, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.128735>.

MOREIRA, A. Exclusivo: A íntegra da resposta do Mercosul à UE para concluir o acordo. **Valor Econômico**. 16 set. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/a-integra-da-resposta-do-mercossul-a-ue-para-concluir-o-acordo.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

MORTARI, M. Haddad diz que governo avalia termos para entrada na OCDE e adia presidência dos BRICS para 2025. **INFOMONEY**. São Paulo, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/haddad-diz-que-governo-avalia-terminos-para-entrada-na-ocde-e-adia-presidencia-dos-brics-para-2025/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

PARAGUASSU, L. Ao financiar exportação à Argentina, Brasil defende seu mercado, diz Haddad, que nega risco para o BB. **UOL**. São Paulo, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/01/23/haddad-diz-que-plano-de-moeda-comum-nao-e-a-ideia-defendida-por-paulo-guedes.htm>. Acesso em: 13 mar. 2023.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. 1ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

REIS, S. ANFAVEA defende maior velocidade na redução do Custo Brasil. **AUTOMOTIVE BUSINESS**. São Paulo, 5 set. 2019. Disponível em: <https://www.automotivebusiness.com.br/pt/posts/noticias/anfavea-defende-maior-velocidade-na-reducao-do-custo-brasil/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

REVISTA OESTE. Carlos Fávaro terá a missão de unir o agronegócio, chamado de ‘fascista’ por Lula. **REVISTA OESTE**. Goiânia, 1 jan. 2023. Disponível em: <https://revistaoste.com/agronegocio/carlos-favaro-tera-a-missao-de-unir-o-agronegocio-chamado-de-fascista-por-lula/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

REVISTA OESTE. Presidente da APROSOJA critica protecionismo comercial da Europa: ‘eles querem salvar o deles’. **REVISTA OESTE**. 18 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaoste.com/agronegocio/presidente-da-aprosoja-critica-protecionismo-comercial-da-europa-eles-querem-salvar-o-deles/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

RODRIGUES, E. CNI propõe diálogo com novo governo para baixo carbono e retomada de investimentos. **CNN**. São Paulo, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/cni-propoe-dialogo-com-novo-governo-para-baixo-carbono-e-retomada-de-investimento/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

RODRIGUES, D.; BEHNKE, E. “Brasil inicia processo de entrada na OCDE, diz governo”. **PODER 360**. 2 out. 2022 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-inicia-processo-de-entrada-na-ocde-diz-governo/>.

RODRIGUES, P.; ALVES, P.. Lula defende diálogo sobre Venezuela no Mercosul: ‘Não pode é isolar’. **G1**. 4 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/04/lula-defende-dialogo-sobre-venezuela-no-mercosul-nao-pode-e-isolar.ghhtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, D. C.; HERNÁNDEZ, L. G. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº 33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.218584>.

UOL. Com Lula, Europa espera que acordo UE-Mercosul avance. **UOL**. São Paulo, 1 nov. 2022a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/11/01/com-lula-europa-espera-que-acordo-ue-mercosul-avance.htm>. Acesso em: 17 mar. 2023.

UOL. Ex-ministra Kátia Abreu declara apoio a Lula e diz que voto é pragmático. **UOL**. São Paulo, 11 out. 2022b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/11/ex-ministra-katia-abreu-declara-apoio-a-lula-e-diz-que-voto-e-pragmatico.htm>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Funções de colaboração exercidas	
Gustavo Rocha Botão:	Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)